



GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Exma. Senhora
Dra. Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete de S. Exa o
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

Assunto: Resposta à Pergunta Parlamentar nº 232/XIV/1ª

Para Catarina,

Encarrega-me o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de, em resposta à pergunta parlamentar em epígrafe, levar ao conhecimento de V. Exa. os seguintes esclarecimentos:

A progressiva deterioração da situação humanitária e de segurança em Cabo Delgado tem vindo a ser acompanhada pelo Governo português e constitui motivo de preocupação crescente. A isto acrescem os sinais de crescente sofisticação tática e de capacidade de controlo territorial por parte dos insurgentes, claramente demonstrada no caso da vila de Mocímboa da Praia, o que tem agravado a crise humanitária e o fenómeno de deslocados internos na província de Cabo Delgado.

O Governo português tem também acompanhado com preocupação o envolvimento do autoproclamado Estado Islâmico – África Central, colocando-se a hipótese de se estar a aprofundar a relação entre os combatentes locais e redes de terrorismo transnacional. Consideramos, porém, que a insurgência em Cabo Delgado é ainda fortemente movida por fatores de natureza local, tais como a exclusão socioeconómica, desemprego juvenil e corrupção, facilitando o recrutamento e radicalização de segmentos da população dessa e de outras províncias de Moçambique.

O Governo português, a Embaixada de Portugal em Maputo e o Consulado-Geral na Beira têm mantido contatos estreitos e sucessivos com as autoridades moçambicanas, a vários níveis. A isto junta-se a estreita articulação com os representantes das Nações Unidas no país e com os parceiros europeus, nomeadamente aqueles que contam com presença de cidadãos e empresas nacionais em Cabo Delgado. Aquando o ataque à vila de Mocímboa da Praia, a 23 de março, Portugal, Espanha e França trabalharam em conjunto com as Nações Unidas para efetuar a operação de evacuação dos cidadãos nacionais portugueses e de outros expatriados presentes naquela capital distrital.



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Adicionalmente, tanto o Governo como a Embaixada mantêm contatos com a comunidade portuguesa em Cabo Delgado (tendo a Embaixadora e o Cônsul Geral na Beira visitado a Província e a comunidade em março último e mais recentemente a 5 de novembro) e com várias Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento, nacionais e estrangeiras, a operar na província de Cabo Delgado, tais como a Helpo e a Fundação Aga Khan, com as quais se articulam.

A Embaixada de Portugal em Maputo tem também promovido uma interlocução muito estreita e regular com os colegas da Delegação da União Europeia e com as Embaixadas dos Estados-Membros presentes em Moçambique, juntamente com os quais tem abordado esta temática junto do Governo Moçambicano durante os diálogos políticos UE-Moçambique, incluindo no contexto do diálogo sobre direitos humanos que decorreu, pela primeira vez, no passado dia 16 de outubro.

Refira-se que Portugal tem participado proativamente na elaboração de múltiplos relatórios sobre Moçambique e Cabo Delgado, com vista às discussões nas instâncias apropriadas da União Europeia.

Por outro lado, será de sublinhar o papel de outras Embaixadas do nosso país naquela região, nomeadamente em Pretória e Harare, e a articulação por elas mantida com os parceiros da União Europeia sobre este tema.

No seguimento da carta da Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC), Verónica Macamo, de 16 de setembro, que saudamos, e da resposta positiva do Alto Representante Josep Borrell, a Embaixada de Portugal em Maputo tem vindo a coordenar esta matéria ativamente com a Delegação da UE e com os restantes EM com vista a identificar as possíveis modalidades de apoio da UE a Moçambique.

Neste contexto, importa, numa primeira fase, definir as modalidades de uma cooperação futura com a UE, dentro dos parâmetros que o Governo moçambicano defina como adequados. Nesse contexto, no último Conselho de Negócios Estrangeiros de 12 de outubro, defendemos uma deslocação do Alto Representante a Maputo, com vista a estabelecer um diálogo político neste domínio.

Cumpramos também referir que é essencial aferir necessidades concretas e facilitar a elaboração, ao nível técnico, por parte da UE, de um quadro abrangente, contendo propostas de ação, incluindo possivelmente no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa. Para esse efeito, consideramos importante que seja dado seguimento à proposta de uma missão de peritos mandatada para determinar os eixos de ação a seguir.



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Pela sua parte, o Governo português tem veiculado repetidamente, inclusive no âmbito de contactos bilaterais com as autoridades moçambicanas, a sua total disponibilidade para apoiar uma resposta holística e abrangente aos desafios securitários e humanitários na província de Cabo Delgado, em linha com o que sejam as necessidades identificadas pelo Governo de Moçambique.

Portugal mantém um longo historial de cooperação no domínio da defesa com Moçambique, estando atualmente em vigor o Programa-Quadro de Cooperação no Domínio da Defesa (2018-2021), o qual deverá ser revisto no próximo ano. Destaca-se também o papel dos elementos da Cooperação no Domínio da Defesa (CDD) presentes em Moçambique, bem como a cooperação nas áreas da Justiça e do Interior, essenciais para lidar com situações como a que atualmente se vive naquela província do norte do país.

Em linha com a necessidade de implementar uma resposta holística ao fenómeno do extremismo violento, o Governo português tem trabalhado no sentido da promoção do desenvolvimento em Cabo Delgado com vista a mitigar os fatores potenciadores da radicalização. Um dos eixos de ação prioritários nesta cooperação para o desenvolvimento é o domínio do Ensino Técnico-Profissional. Nesse contexto, o Governo português tem vindo a trabalhar, em estreita coordenação com a UE e com o setor privado, no desenho de programas visando o reforço do apoio a projetos educativos e de emprego que promovam o desenvolvimento social, diversificação económica e crescimento inclusivo, lado a lado com a exploração de gás natural que deverá ter lugar naquela província num futuro próximo.

Refira-se neste contexto o projeto “+Emprego - Promover Emprego e as Parcerias Público-Privadas no Setor do Gás Natural em Cabo Delgado”, com um montante de 4,2 milhões de euros e duração de 4 anos, que visa aumentar as oportunidades económicas da população de Cabo Delgado, em particular da sua população jovem, contribuindo para a melhoria do acesso ao trabalho decente e do rendimento em atividades direta ou indiretamente (na cadeia de valor) relacionadas com a indústria do gás natural. O projeto contribuirá para estimular Parcerias Público-Privadas (PPP) com forte impacto no emprego e apoiar o setor público da educação profissional e de emprego, mas também as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), visando o aumento da respetiva competitividade e a melhoria da empregabilidade dos jovens qualificados.

Com este projeto deverão ser beneficiados 800 Jovens moçambicanos dos 15 aos 25 anos, formandos e diplomados da educação profissional, 25% dos quais mulheres. Pelo menos 50% dos beneficiários finais devem estar empregados ou ter criado o seu próprio emprego no final desta iniciativa; 35



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

micro, pequenos e médios empresários da cadeia de valor da indústria do gás natural, com operação em Cabo Delgado; 150 Dirigentes e equipas técnicas, ao nível central, provincial e local dos Ministérios parceiros; 250 Diretores, gestores, professores, formadores, técnicos de formação e de emprego, orientadores profissionais e mentores presentes nos operadores da educação profissional.

Com os melhores cumprimentos, *também pessoais*

A Chefe do Gabinete

Indira Noronha

Indira Noronha

ARF/AM